COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 220, DE 2004

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

Autor: Deputado RICARDO IZAR

Relator: Deputado CARLITO MERSS

I - RELATÓRIO

O Projeto em tela visa acrescentar inciso ao parágrafo 3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. O art. 14 estabelece as condições para concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. As situações enunciadas no parágrafo 3º são as excepcionadas do atendimento das condições estabelecidas. O Projeto trata da inclusão de uma outra situação, qual seja a da redução de base de cálculo tendente a evitar ou corrigir os efeitos inflacionários na apuração dos tributos e contribuições sociais devidos.

Em sua justificação, o Autor saliente o fato de, não obstante a inflação ter-se reduzido e estabilizado, persistem taxas anuais que, ao longo do tempo, acumulam altas relevantes. Quando a legislação se utiliza do princípio do nominalismo, acaba-se incorrendo em sobretaxação, por sua incidência sobre acréscimos ou ganhos meramente nominais. Vários projetos têm sido descartados a pretexto de contrariarem os dispositivos legais mencionados. Deste modo, a modificação do texto legal impediria a rejeição *a priori* dos respectivos efeitos destas distorções e injustiças.

O Projeto, antes de seu encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, deve submeter-se, nesta Comissão, ao exame da adequação orçamentária e financeira e do mérito. Não foram recebidas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do Regimento Interno desta Casa e da Norma Interna desta Comissão, cabe, no presente caso, apreciar a proposição, inicialmente, quanto à sua compatibilidade ou adequação orçamentária ou financeira.

O Projeto de Lei Complementar nº 220, de 2004, pretende ressalvar das exigências contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, as proposições que visam efetuar ajustes na sistemática de apuração dos tributos, de forma a compensar os efeitos da inflação. O caso mais conhecido e debatido é o que diz respeito à atualização dos valores nominais das tabelas de incidência do Imposto de Renda, além das deduções.

O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal define as condições necessárias à aprovação de proposições legislativas que atribuam benefícios de natureza tributária, dos quais decorra renúncia de receita. Para que tais proposições venham a ser consideradas adequadas e compatíveis sob a ótica orçamentária e financeira, deverão estar acompanhadas da estimativa da renúncia de receita no exercício em que devam iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a uma das seguintes condições: demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada nas estimativas da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultado fiscal para o exercício, ou estar acompanhada de medidas de compensação, por meio de aumento de receita.

O § 1º do art. 14, por sua vez, explicita o conceito de renúncia de receita, sendo assim considerados a anistia, a remissão, o subsídio, o crédito presumido, a concessão de isenção em caráter não-geral, a alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Por este dispositivo, a Lei de Responsabilidade Fiscal dá amparo ao entendimento de que matérias que afetam a todos os contribuintes indistintamente e que definem regras gerais de procedimento para a apuração da base de cálculo do tributo não podem ser caracterizadas como benefícios fiscais. Além do mais, a falta de atualização de valores acarreta, pelo contrário, agravamento da carga tributária, isto é, aumento de tributo de forma sub-reptícia, não autorizado por lei.

Daí depreende-se que toda a proposição que tenha por escopo compatibilizar o regime de incidência tributária com as variações verificadas no valor real da moeda nacional e, por conseqüência, assegurar a estabilidade do ônus tributário, sem conferir qualquer tipo de tratamento diferenciado, individual, não se relaciona ao conceito de benefício fiscal, em particular nas condições definidas pelo § 1º do art. 14 da LRF.

À vista de tal entendimento, é inegável reconhecer que os objetivos pretendidos pelo Projeto de Lei Complementar nº 220, de 2004, estão abrigados nas normas em vigor. Assinale-se, também, que a proposição possui caráter essencialmente normativo, buscando explicitar excepcionalidade aplicável às disposições do art. 14 da LRF, inexistindo, nesse sentido, repercussão direta ou indireta no orçamento da União.

Quanto ao mérito, o Projeto é de indiscutível oportunidade e conveniência, pois vem ao encontro do princípio da justiça fiscal. Pela sistemática atual, por exemplo, a falta de correção ou a subcorreção da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas atinge precisamente aqueles cujos rendimentos estão sujeitos à referida tabela, isto é, a detentores de rendimentos do trabalho, que estão sujeitos a uma tabela progressiva, e não à tributação exclusiva na fonte ou simplesmente proporcional.

Por todo o exposto, sou pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei Complementar nº 220, de 2004, e, no mérito, voto pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em de março de 2005.

Deputado CARLITO MERSS

Relator